



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639233 - SP (2021/0005854-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUILHERME DINIZ BARBOSA - SP308865
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO MARCOS CAPITULINO ANDRADE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO MARCOS CAPITULINO ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2244724-76.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/90, c/c o art. 69, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar o decreto de segregação cautelar do paciente, destacando que a medida não estaria embasada em fatos novos ou contemporâneos à sua decretação, em evidente violação do disposto no art. 315, § 1º, do CPP.

Aduz não estarem presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia preventiva do acusado, nos termos do art. 312 do CPP, mormente porque seus predicados pessoais permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Assevera a possibilidade de aplicação das medidas alternativas do art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente